

AS REDEFINIÇÕES TÉCNICO-PRODUTIVAS E ORGANIZACIONAIS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO BRASIL*

Ana Maria Soares de Oliveira - FCT/Unesp/Presidente Prudente**
anaoliveirams@ig.com.br

Antonio Thomaz Júnior* - FCT/Unesp/Presidente Prudente**
thomazjr@usc.es

APRESENTAÇÃO

O nosso objetivo neste trabalho é discutir as redefinições técnico-produtivas e organizacionais porque passa a agroindústria canavieira no Brasil, tendo como eixo principal de reflexão a relação capital x trabalho, pois acreditamos ser de fundamental importância apreender e discutir de forma mais consistente a dimensão e o conteúdo dos formatos adquiridos pelo capital em seu empreendimento, especialmente quando este se manifesta através da preocupação dos empresários em diversificar produtos e ampliar os nichos de mercado, *travestindo-se* de um discurso ecológico.

Não podemos deixar de nos preocupar também em desvendar como a materialidade fenomênica do capital agroindustrial canavieiro se expressa territorialmente, considerando não somente a distribuição/ordenação territorial do fenômeno em apreço, mas, sobretudo o “jogo de forças” que envolve capital, trabalho e Estado.

É nossa pretensão ainda, apreender como as redefinições técnico-produtivas e organizacionais repercutem no trabalho e com que intensidade, trabalhadores e sindicatos vêm sendo atingidos.

A discussão acerca do processo de reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro no Brasil requer investigações específicas para podermos compreender os papéis das inovações técnicas e organizacionais incorporadas pelo capital e os reflexos das mesmas para o trabalho. Considerando-se, principalmente as diferencialidades reveladas a partir do ritmo, da

* Este texto é resultante de leituras e reflexões efetuadas durante a pesquisa do mestrado, bem como do doutorado em desenvolvimento no momento.

** Professora de Geografia da rede pública de ensino do estado de São Paulo; Mestre e doutoranda em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/Unesp/Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior; Membro do “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). Telefone: (18) 222-0547.

*** Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador CNPq/PQ/2B; pesquisador visitante e bolsista em nível de pós-doutorado (CNPq) junto à Faculdade de Geografia e História, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), e ao (IDEGA) Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento de Galicia (2004 -); coordenador do “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho”(CEGeT); editor da Revista Pegada (versões impressa e eletrônica); autor do livro “Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana”, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002; coordenador do Projeto Editorial Centelha; organizador dos livros “Gênero e Classe nos Sindicatos”, e “Geografia e Trabalho no Século XXI” - Volume I, 2004. thomazjrgeo@prudente.unesp.br; thomazjr@usc.es

intensidade e da magnitude em termos de área, produção, incorporação de tecnologia, etc., tanto entre as empresas como entre as diversas regiões brasileiras a serem estudadas.

Portanto, para dar fundamentação teórico-metodológica a estas questões as quais nos propusemos discutir temos nos pautado na realização de pesquisa bibliográfica e documental, na coleta de informações por meio de fontes primárias e secundárias e de entrevistas junto aos representantes das agroindústrias canavieiras, dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais, etc.

Cabe destacar que a mola propulsora para nosso engajamento na temática do trabalho foi a constituição do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e as interlocuções efetuadas com pesquisadores membros, ou não, deste Grupo de Pesquisa. Portanto, a base teórica que nos referencia neste trabalho está vinculada à Geografia do Trabalho, cujas reflexões tem se ampliado no âmbito do CEGeT.

Para nos embasarmos teoricamente acerca das questões mais amplas que envolvem a temática do trabalho nos pautamos em autores como: Antunes (1997) e (2001); Alves (2000); Mézáros (2002); Thomaz Jr. (2002), (2003).

Sobre as questões específicas da atividade canvieira buscamos embasamento em autores como: Ferreira, (1987); Hirata (1994); Nascimento (2001); Thomaz Jr. (2002), (2003), entre outros.

Com relação ao recorte territorial dado para o nosso objeto de pesquisa, vale ressaltar que no mestrado a ênfase foi para a escala estadual, tendo como referência o Estado de São Paulo. Agora no doutorado pretendemos trabalhar na perspectiva das escalas estadual e regional, considerando em nossa investigação as duas principais regiões produtoras do Brasil, a saber: Centro-Sul (C/S) e Nordeste (NE). No C/S estudaremos, particularmente, o estado de São Paulo, com destaque para as regiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Pontal do Paranapanema e Alta Paulista. No NE o foco das investigações será os estados de Alagoas e Pernambuco.

É importante destacar que a escolha desses estados não foi aleatória. A mesma ocorreu por considerarmos que os mesmos se encontram em patamares diferenciados, no que concerne às relações de trabalho e às redefinições técnico-produtivas e organizacionais presentes na agroindústria canvieira. A nossa escolha pauta-se também na preocupação em investigar e apreender o processo de concentração e centralização de capital nas mãos dos principais grupos nordestinos e paulistas, bem como o expressivo movimento de territorialização e (re)territorialização do capital decorrente desse processo, o qual desemboca no reordenamento territorial da agroindústria canvieira, no Brasil.

INTRODUÇÃO

O emergir do processo de reestruturação produtiva do capital, o impulso das políticas neoliberais e o declínio da classe operária industrial nos países capitalistas centrais, criou um cenário de profundas mudanças no mundo do trabalho, as quais se expressam na heterogeneização e na fragmentação da classe trabalhadora que, por sua vez, resulta na precarização do trabalho (aumento do trabalho parcial, temporário, terceirizado, informal, etc.)¹.

¹ Sobre essa questão ver: Alves, 2000 e Antunes, 2001.

Esse processo de reestruturação produtiva do capital se intensificou, a partir dos anos 1980 e 1990, dando impulso a uma série de transformações sócio-históricas. O mesmo emergiu como uma nova ofensiva do capital na produção, visando atingir um novo patamar de acumulação em escala planetária, cujos reflexos se expressam na debilitação do mundo do trabalho, ao promover alterações significativas na forma de ser (subjetividade) da classe trabalhadora².

As inovações tecnológicas introduzidas nesse contexto abriram caminho para a flexibilização da produção e das relações de trabalho nas empresas, implicando na segmentação da força de trabalho e na divisão social do trabalho interempresas (que assume a forma de sub-contratadas). Estes dois movimentos, por sua vez, têm conduzido à redução de trabalhadores permanentes e ao aumento do contingente de trabalhadores temporários³.

Estamos diante de um quadro de intensificação do grau de diferenciação entre as empresas do setor, atrelado às inovações tecnológicas que se voltam para o incremento da qualidade e da produtividade da matéria-prima, para a intensificação do corte mecanizado e para a automação, bem como de novas formas de gestão e controle do trabalho.

Presenciamos ainda um processo de reordenamento territorial em curso, cujos desdobramentos apresentam contornos gerais ainda por definir, mas que apontam para uma etapa de intensificação da produção e acumulação de capital e de superexploração da força de trabalho.

1– O processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira

Até meados dos anos 1980, a disputa intercapital do setor sucroalcooleiro por mudanças tecnológicas e organizacionais se concretizou via subsídios fornecidos pelo Estado, sendo posteriormente substituídos, gradualmente, pela redução direta dos custos agroindustriais e pela busca de fontes alternativas de receitas, com destaque para a diversificação de produtos e processos. A partir de então, a adoção de inovações tecnológicas e organizacionais intensificou-se, até certo ponto, instigada pelo cenário de reestruturação da economia mundial e pelas mudanças econômicas e políticas em curso no contexto nacional⁴.

A reestruturação chegou ao campo, acirrando o conflito capital-trabalho e, desse modo, apresentando um conjunto de desafios para os trabalhadores da agroindústria canavieira, frente às redefinições ocorridas tanto no âmbito técnico, gerencial e econômico, como no âmbito político-

² Alves faz referência a Mandel (“onda longa depressiva”) e a Mészáros (“*continuum* depressivo”), ao afirmar que o processo de reestruturação produtiva foi impulsionado pela crise do capital, que atingiu os países capitalistas centrais, a partir de 1973.

³ Segundo Alves (2000: p. 16), a ofensiva do capital não foi impulsionada somente pelas inovações tecnológicas, mas, sobretudo pela derrota política da classe trabalhadora na conjuntura política dos anos 1970 e 1980. Salvo as peculiaridades, cabe dizer que no âmbito do setor canavieiro brasileiro, especialmente paulista, o modelo de organização sindical vigente e as divergências político-ideológicas no interior dos sindicatos que representam os trabalhadores ligados a este setor _ apesar do movimento desencadeado nos anos 1980 _ não conseguiu alavancar um embate capaz de conter o arrojo do capital em seu empreendimento.

⁴ Mais detalhes, ver: Thomaz Jr., 2002a.

organizacional. Tendo em vista que o capital é hegemônico no processo produtivo e faz do trabalho o principal instrumento de dominação de classe⁵.

O processo de reestruturação produtiva do capital sucroalcooleiro, expresso através da incorporação de tecnologias e equipamentos no processo de produção, bem como da adoção de novas formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, tem elevado os níveis de produção e de eficiência agroindustrial⁶.

Vale ressaltar que, embora estas inovações tenham ocorrido tanto na parte agrícola, como na fabril, nos últimos anos as atenções têm si voltado para a lavoura de cana, especialmente no tocante à mecanização do corte de cana queimada e crua.

A mecanização introduzida na lavoura de cana, sobretudo no estado de São Paulo, foi um processo desencadeado tendo como “pano de fundo” o embate entre capital e trabalho (a exemplo do movimento grevista emergente nos anos 1980), o qual conduziu o capital a buscar mecanismos de auto-sustentação e de coerção frente ao movimento dos trabalhadores ligados ao corte manual da cana-de-açúcar. No entanto, sabemos que esse processo não ocorreu motivado apenas pelas travagens entre capital e trabalho. A “necessidade” do capital agroindustrial canavieiro, adaptar-se às mudanças econômicas desencadeadas nos cenários nacional e internacional, a criação de *lobbies* pelos usineiros e seus representantes políticos no sentido de pressionar o Estado e obter o seu beneplácito e, mais recentemente as demandas ambientalistas e de saúde pública em relação a poluição do ar provocada pelas queimadas de cana-de-açúcar, contribuíram para que a mecanização se intensificasse.

2- O processo de reordenamento territorial da agroindústria canavieira

Temos observado, que recentemente vários grupos ou empresas agroindustriais canavieiras no Brasil, vêm se fortalecendo através de fusão e/ou aquisição de novas empresas e expandindo a atividade sucroalcooleira em estados como Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, entre outros. Segundo estimativas do SINDAÇUCAR – Sindicato do Açúcar e do Álcool de Minas Gerais, nos próximos quatro anos haverá neste estado uma expansão do setor em torno de 92%. A previsão, só para a safra 2004/2005 foi de investimentos na ordem de R\$ 400 milhões, sendo a maioria no Triângulo Mineiro, responsável atualmente por 70% da produção sucroalcooleira de Minas Gerais. Metade destes investimentos é dos grupos alagoanos Carlos Lyra, João Lyra e Tércio Wanderley⁷.

A mobilidade territorial do capital agroindustrial canavieiro tem sido expressiva atualmente, a exemplo do que já ocorria durante os anos 1970 e 1980, de antigas regiões produtoras para áreas mais propícias à mecanização, conforme destaca Thomaz Júnior (1996). Enquanto grupos nordestinos investem em outros estados brasileiros, unidades produtoras do Nordeste são desativadas, gerando desemprego e servindo de palco para invasões de trabalhadores rurais sem terra.

⁵ Idem.

⁶ Cf. THOMAZ JR., 2003.

⁷ Cf. JORNALCANA, Março de 2004.

Com a expansão do mercado interno do álcool, desencadeada pelo aumento do consumo de carros a álcool (modelos flexíveis), bem como do mercado externo, potencializada pela perspectiva de conquista de mercados nos Estados Unidos e na Ásia, especialmente na China e no Japão, o setor sucroalcooleiro está implantando novas unidades produtoras de álcool (destilarias) em vários estados brasileiros.

Verifica-se nesse contexto, que áreas tradicionalmente produtoras de laranja e de pastagens no estado de São Paulo estão sendo substituídas pela produção de cana-de-açúcar. É o que vem ocorrendo, por exemplo, nas regiões de Araraquara, da Alta Paulista, no noroeste, (em Araçatuba com mais intensidade), e do Pontal Paranapanema.

Segundo a UDOP (União das Usinas e Destilarias do Oeste Paulista), existe a perspectiva de construção e/ou reativação de pelo menos 40 projetos de usinas em unidades produtoras no Centro-Sul do Brasil. Deste universo, cerca de 30 unidades produtoras serão implantadas no Oeste do estado de São Paulo até 2010⁸.

É importante ressaltar que essa mobilidade territorial expressiva no interior de alguns estados brasileiros, sobretudo no estado de São Paulo, tem revelado ainda marcada conotação política. A exemplo do que vem ocorrendo no Pontal do Paranapanema, onde a expansão do cultivo de cana-de-açúcar apresenta-se também como uma forma de “regularizar” o território ilegal e ilegítimo das terras griladas, que constituem o latifúndio nesta porção do estado, barrando a efetivação da Reforma Agrária. Em outras palavras, diríamos que há um jogo político alicerçando a aliança entre Estado e empresários rurais. O Estado tenta atrair investimentos para o Oeste Paulista contemplando as demandas dos empresários rurais, cujo interesse é legitimar a posse da terra, na tentativa de tornar verossímil os títulos de propriedade da terra.

O Estado possui papel fundamental nesse processo, dando condições para que as forças produtivas se organizem e se reproduzam⁹. O Estado, enquanto produtor do espaço e mediador do conflito capital-trabalho, cria as condições estruturais para que o capital se reproduza e legitima a atuação hegemônica sobre o trabalho.

3 – A reestruturação produtiva e os rebatimentos para o trabalho

O processo de reestruturação produtiva do capital sucroalcooleiro expresso através da automação da planta fabril, do desenvolvimento de novos equipamentos, da mecanização do corte de cana-de-açúcar, de novas formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, etc., tem intensificado a precarização do trabalho, que se manifesta através da diminuição da oferta de empregos no campo, da redefinição das funções laborativas, do aumento da superexploração da força de trabalho, frente ao crescente processo de terceirização da mão-de-obra e descumprimento das leis trabalhistas, bem como do enfraquecimento do movimento sindical e da captura da subjetividade operária.

⁸ Cabe destacar, por exemplo, na referida área, a presença de grupos empresariais como a Cosan, Olival Tenório e João Pessoa, bem como a consolidação de grupos já atuantes em âmbito regional como: Alta Alegre, Branco Peres, Cocal, Companhia Albertina e Diana, as quais estão expandindo suas unidades de produção na região.

⁹ Cf. BERNARDES, 2001, p. 248.

Dito de outro modo, as inovações tecnológicas e organizacionais têm conduzido não somente à redução de postos de trabalho, mas também a imposição de condições para os trabalhadores ainda inseridos no processo. No caso da mecanização do corte de cana, por exemplo, o fato das empresas estarem mais seletivas e exigentes com relação à mão-de-obra a ser contratada, tem contribuído para o aumento da produtividade do trabalho no corte manual, visto que quem não se enquadra nas novas exigências é excluído do processo.

A intensificação da divisão técnica do trabalho faz emergir novos tipos de trabalhadores, redefine o mercado de trabalho e, impõe novos desafios às entidades de representação dos trabalhadores. O capital se fortalece reestruturando-se tecnológica e politicamente, enquanto o trabalho alienado no (re)fracionamento técnico-corporativo tem dificuldades para viabilizar ações político-organizativas do ponto de vista de classe.

Com a intensificação do corte mecanizado da cana crua, por exemplo, estas questões se tornam evidentes. A segmentação da força de trabalho, assim como a divisão social do trabalho, expressa através das empresas terceirizadas, estão contribuindo para a redução dos trabalhadores “fixos” (contratados diretamente pelas empresas) e para o aumento do contingente de trabalhadores terceirizados, com contratos de safra, na maioria das vezes precários¹⁰.

A flexibilidade da força de trabalho continua sendo estratégica para a acumulação do capital, que se reflete na variabilidade do emprego, dos salários, dos horários e locais de trabalho no interior e fora da empresa. Essa flexibilidade da força de trabalho expressa a necessidade que o capital tem de subsumir o trabalho assalariado à sua lógica de valorização, através da sublevação da produção de mercadorias. Por isso a acumulação flexível se sustenta na flexibilidade dos processos de trabalho. Sendo assim, a flexibilidade da força de trabalho pode ser compreendida como a capacidade plena adquirida pelo capital para domar e submeter a força de trabalho a sua lógica, caracterizando o “momento predominante” da reestruturação produtiva (ALVES 2000, p. 24-25).

Estas mudanças em curso têm dificultado a aglutinação de forças, pois a existência de vários segmentos (trabalhador parcial, temporário, terceirizado, informal, etc.), muitos deles sem qualquer representação sindical, torna cada vez mais distante a consolidação de uma “consciência de classe” dos trabalhadores. Tendo em vista que o poder da classe operária organizada se debilitou tanto na sua dimensão subjetiva, em virtude da captura da subjetividade operária, como na sua dimensão objetiva, com a “implosão” dos setores mais modernos, que durante os anos 1980 havia se constituído a base do poder sindical organizado.

Os sindicatos, pautados na estrutura corporativista e segmentados em categorias profissionais, têm dificuldade para assimilar a horizontalização gerada pelas mudanças desencadeadas com base no modelo toyotista de organização da produção¹¹.

A crise do sindicalismo assumiu uma grande dimensão no âmbito político-ideológico, caracterizada pela integração dos sindicatos à lógica mercantil, limitando a práxis sindical ao universo da mercadoria e procurando garantir na maioria das vezes tão-somente melhores condições salariais. A dimensão de classe tem sido abandonada em prol de práticas que garantam a preservação de

¹⁰ Para mais detalhes ver: Oliveira, 2003 (Dissertação de Mestrado).

¹¹ Cf. OLIVEIRA, 2004, p.72.

interesses de segmentos que já se encontram organizados, e por que não dizer, ainda inseridos no mercado de trabalho assalariado.

Como afirma Thomaz Jr.,

[...] o sindicalismo, sem horizontalizar-se, também não se projeta a buscar um significado particular para contemplar a classe trabalhadora, que deve compreender hoje, desde os 'estáveis' até o conjunto dos trabalhadores que estão inseridos no universo da economia informal, 'terceirizados' e desempregados ou sub-empregados, por conta dos arranjos do capital. (2000, p. 11)

Trabalhadores e sindicatos apresentam grandes dificuldades para apreender as novas formatações e territorialidades que o processo de reestruturação produtiva do capital tem produzido. O que significa dizer que, se por um lado, o processo de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora colocam em questionamento o sindicalismo tradicional corporativista e burocrático. Por outro lado, torna mais difícil a organização sindical de outros segmentos da classe-que-vive-do-trabalho¹². Ou seja, ao se tornar mais diversificada e fragmentada, a classe trabalhadora, conseqüentemente, tende a ficar mais resistente às práticas solidárias da classe, ou as práticas sindicais tradicionais. Significa dizer ainda que se o sindicalismo também não se horizontalizar, não conseguirá contemplar a classe trabalhadora nesse universo fragmentado de estáveis e informais, de desempregados e subempregados.

4 - As estratégias do capital para continuar se reproduzindo

Vale ressaltar que a flexibilidade não ocorre apenas do ponto de vista das relações de trabalho, pois ela é inerente também à organização da produção. As novas tecnologias buscam cada vez mais obter o máximo de flexibilidade em relação a processos de produção, pois flexibilizar a produção para o capitalista é buscar, através da segmentação e diferenciação dos produtos, uma forma de permanecer no mercado cada vez mais saturado e seletivo.

Nesse contexto, aumentar a produtividade e a competitividade no mercado, tem sido condição primordial para as empresas que, para alcançar suas metas têm adotado novas formas de gestão e de controle do processo produtivo e de trabalho bem como "novos" referenciais tecnológicos e ambientais, e investido em produtos diferenciados.

Um exemplo disso tem sido a adoção, por parte de várias agroindústrias canavieiras, dos Sistemas de Gestão Ambiental e de Controle de Qualidade voltados para a certificação e para o controle de produtos e processos (a exemplo das ISO 9000 e ISO 14000 e certificação orgânica), os quais tem tornado as empresas mais exigentes quanto ao controle e a qualidade de seus produtos, conseqüentemente, passando a exigir mais dos trabalhadores envolvidos direta e indiretamente no processo.

¹² Mais detalhe, ver: Antunes, 1998.

O avanço da conscientização ambiental, a pressão das legislações ambientais e as exigências de mercado, especialmente do mercado internacional, tem conduzido várias empresas no mundo a reverem suas posições frente a questão ambiental, tendo em vista que os movimentos que defendem a produção e a certificação de alimentos saudáveis, produzidos em ambientes que não oferecem riscos ambientais e sociais, são originários de países ricos (principalmente da Europa), os quais se constituem importantes mercados consumidores. Desse modo, as empresas que pretendem melhorar sua performance ambiental frente à sociedade e, sobretudo, diferenciar-se no mercado, estão revendo suas posturas frente à questão ambiental.

A incorporação desse debate por parte do setor produtivo pode significar tanto o aumento da conscientização do empresariado da necessidade de ações efetivas, no sentido de que o processo produtivo venha a ser menos agressivo ao meio, quanto a transformação da questão ambiental em instrumento de proteção de mercado cativo e em ferramenta de marketing para conquista de nichos de mercado. Certamente este último aspecto é o que pesa mais, pois para o empresário o diferencial econômico que ele pode obter com um produto que possui certificação orgânica ou ambiental, bem como a possibilidade de ampliação da taxa de lucro tem muito mais importância do que qualquer questão relacionada ao meio ambiente.

É importante ressaltar que esses Projetos/Programas se restringem a um grupo seletivo de empresas e que, além de buscar a diferenciação e a competitividade dos produtos no mercado externo, ainda possuem uma conotação ecológica, ou seja, tentam passar para o mercado consumidor e para a sociedade de um modo geral a imagem de uma empresa cuja produção “não causa danos” (ou causa poucos) ao meio ambiente. O discurso ecológico se materializa também na adoção dos projetos de certificação orgânica, dos projetos de co-geração de energia e de seqüestro de carbono.

Com a certificação a empresa busca a credibilidade e a diferenciação qualitativa e econômica de seu produto no mercado. Com a produção de energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar ela alega estar produzindo energia limpa e renovável. Com relação ao seqüestro de carbono, a alegação é de que a criação ou preservação de áreas verdes contribuirá para a absorção dos dióxidos responsáveis pelo efeito estufa, ou seja, que estas capturem o carbono emitido pelas indústrias¹³.

Por serem um empreendimento do capital esses projetos já possuem na essência uma perspectiva mercadológica, pois visam a obtenção de maiores ganhos de escala, diferenciação e competitividade no mercado, mas os benefícios acabam sendo maiores quando estes são “valorizados” através do marketing ambiental¹⁴.

¹³ Várias empresas agroindustriais canavieiras já estão envolvidas em projetos voltados para esta questão do “Seqüestro de Carbono”. Elas têm negociado seus créditos através de parcerias, tendo em vista este mercado ainda não está totalmente estruturado interna e externamente. Cogita-se a possibilidade de criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para intermediar as negociações de crédito de carbono no exterior. Algumas empresas de Sertãozinho (SP) fecharam recentemente um acordo de vendas de crédito de carbono com o governo da Suécia, assessoradas por uma empresa americana. Pelo projeto, essas empresas agroindustriais do setor canavieiro deverão fornecer em sete anos, o equivalente a dois milhões de toneladas de carbono, representando nesse período uma receita de US\$ 10 milhões. (PROCANA, 26/03/2004).

¹⁴ A esse respeito, ver: Oliveira, 2003.

Como vemos estes referenciais possuem dimensões não somente ecológicas, mas também mercadológicas. Trata-se de mais uma faceta do capital, que se *traveste* do discurso ecológico para usufruir mais uma fatia do mercado.

Em termos de organização da produção e do trabalho o capital tem buscado um refinamento, porém mantém o controle, a padronização a racionalização e o aumento da produtividade; reduzindo postos de trabalho, intensificando e fragmentando o trabalho. Trata-se, na verdade, de uma *maquiagem* nos velhos paradigmas, uma vez que o capital continua priorizando a produtividade e o lucro em detrimento do homem e da natureza.

É fundamental ressaltar que esses Programas/Projetos, na maioria das vezes atuam não só como técnicas gerenciais e de controle de qualidade de produtos e processos, mas também como mecanismos de motivação e controle dos trabalhadores, adotando “estratégias de envolvimento incitado e coercitivo”, ao pautar-se no treinamento e no incentivo à participação e ao envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo¹⁵.

O discurso que dá fundamentação a essas novas demandas ambientais da sociedade, acaba fortalecendo o próprio processo de dominação do capital, agora travestido pela roupagem ambiental. Como afirma Thomaz Júnior:

Em nome de determinados pré-requisitos (*ambientais*), torna-se possível a aceitação das mercadorias (açúcar e álcool) ou o privilegiamento de mercados cativos, sem antes serem diagnosticadas as reais condições de trabalho, formas de pagamento, cumprimentos de acordos coletivos etc. (2003, p.234).

Nesse contexto, a discussão que envolve o trabalho, revela mais uma das artimanhas do capital, considerando-se que, do ponto de vista fenomênico, a identidade dos trabalhadores extrapola o âmbito mercadológico, uma vez que esse processo cria condições para um conjunto de mediações que compreendem desde o ato de trabalho, bem como a construção cultural necessária para a reprodução do capitalismo¹⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. S. Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ª edição. São Paul: Boitempo, 2001.

¹⁵ Cf. EID; NEVES, 1998.

¹⁶ A esse respeito, consultar Thomaz Junior, 2003, p.234-235.

- AZEVEDO, J. R. N. e THOMAZ JR., A. O processo de espacialização, reestruturação produtiva e reordenação do capital canavieiro no oeste paulista. In: **3^o ENCONTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS: “Mudanças e Permanências no Espaço. A Agricultura Brasileira em Questão”**. Departamento de Geografia/Universidade Federal do Paraná, **1CD-ROM**, Curitiba, 2003. p. 113-124.
- _____. A agroindústria canavieira na região de Presidente Prudente na viragem do Século XXI. In: **IV FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - Unesp/Presidente Prudente. “Grupos de Pesquisa: Diagnóstico e Perspectivas”**. **1CD-ROM**. Presidente Prudente, 2003. 4p.
- BERNARDES, Júlia Adão. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, E. Iná. de; GOMES, P.Cesar.da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Vol. 1. p. 239-270.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Estratégias de ponta para o Brasil**. Brasília, 21 de agosto de 2001.
- EID, F. *et al.* **Progresso técnico, diversificação e organização do trabalho na agroindústria sucro-alcooleira**. São Carlos/São Paulo: DEP – UFSCar (mimeogr.), 1997.
- EID, F. & NEVES, Márcia R. **Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista**. (mimeog.) São Carlos: UFSCar, 1998.
- FERREIRA, Enéas Rente. **A formação da região canavieira de Araraquara: O papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool**. (Tese de Doutorado) Unesp/Rio Claro, 1987.
- GONÇALVES, J. Sidnei & SOUZA, S. A. Moreira. Proibição da queima de cana no Estado de São Paulo: simulações dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 3, 1998.
- HIRATA, H. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. **DIEESE: Seminários e Eventos**, n. 1, 1994.
- Ambiental**, UFV/Minas Gerais, ano 3, n. 13, ago. set., 2000.
- JORNALCANA. **Minas quer crescer 92% em 4 anos**. Ed. Março 2004.
- GRAZIANO DA SILVA J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA J. *et al.* **Política para o setor sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o estado de São Paulo**. Campinas: Unicamp/PT, 1999.
- MARX, K. **O Capital: Livro I; Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1978.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1998.
- NASCIMENTO, C. A. O. do. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990: O caso do setor sucroalcooleiro**. UFSCAR, São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado).
- OLIVEIRA, Ana M. S. de. **A queima da cana-de-açúcar na usina Nova América (Tarumã/SP): gestão ambiental e relações de trabalho**. (Monografia de Bacharelado). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1999.

- _____. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, 2003.
- _____. A reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira paulista e os desdobramentos para o trabalho. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e Trabalho no Século XXI.** Presidente Prudente: Centelha, 2004. Vol. 1. p. 70-104.
- OLIVEIRA, Ana M. S. de; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Os “novos” referencias tecnológicos e ambientais na agroindústria canavieira e os reflexos para o capital e para o trabalho. In: **IV FÓRUM DE CIÊNCIAS.** Departamento de Geografia da FCT/Unesp, 1 CD-ROM, Presidente Prudente, 2003. 5p.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **3º ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA.** Rio de Janeiro. Cadernos, 1980, p. 6-64.
- PROCANA. **Notícias do Setor.** Disponível em: <http://.../noticia.asp?area – Administracao...>, 2004.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista).** S. Paulo: FFCLH/USP (Tese de Doutorado), 1996.
- _____. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia,** Porto Alegre: AGB, n. 24, p.31-42, 1998.
- _____. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Geográfica,** n. 16, Bauru, 2000.
- _____. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira. **Informações Econômicas.** São Paulo: IEA, v. 30, n.4, abr., 2000, 20 p.
- _____. **A Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira em questão:** a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical. Relatório de Pesquisa (Auxílio à Pesquisa-FAPESP). Presidente Prudente, 2001, 252 p. (mimeogr.)
- _____. Por uma Geografia do Trabalho. **Revista Pegada,** v.3, Número Especial, 2002.
- _____. O Novo Ambiente Institucional na Agroindústria Canavieira Paulista e a Luta pela Terra. Uma Peleja para a Classe Trabalhadora. In: MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. **Geografia e Produção Regional:** Sociedade e Ambiente. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, vol. 1. p. 215-253.
- VIAM, C. E. de F. Expansão e diversificação do complexo agroindustrial no Centro-Sul do Brasil - 1980/1996. São Carlos - S. Paulo: DEP/UFSCar (Dissertação de Mestrado), 1997.